



Eixo: Classes sociais, geração e Serviço Social

Sub-eixo: Juventude

REFERÊNCIAS PARA UM DEBATE SOBRE JUVENTUDES RURAIS NO BRASIL

LEONARDO RAUTA MARTINS¹

Resumo: Este trabalho tem por intuito fornecer algumas contribuições para aqueles que iniciam o estudo do tema juventude rural. De forma didática, expõem-se os principais autores que figuram como referências nesse debate no Brasil, destacando as diferentes abordagens, os pontos de contato e suas eventuais divergências. O texto está estruturado de modo que o leitor perceba o vínculo existente entre a produção acadêmica sobre o tema juventude e as alterações processadas no espaço rural ao longo das últimas décadas.

Palavras-chave: Juventude rural; Permanência no campo; Jovens agricultores.

Abstract: This work aims to provide contributions for those starting the study of rural youth. In a didactic way, the main authors who appear as references in this debate in Brazil are discussed, highlighting the different approaches, points of contact and their possible divergences. The text is structured in such a way that the reader perceives the link between academic production on the theme of youth and the changes taking place in the rural space during the last decades.

Keywords: Rural youth; Stay in the field; Young farmers.

1. INTRODUÇÃO

Este texto tem por intuito iniciar uma breve discussão acerca do “estado da arte” do tema juventude rural no Brasil. Trata-se de uma discussão relativamente “tardia” se comparada aos estudos sobre a juventude urbana, sobretudo, aquela de classe média e do meio estudantil, convertida em objeto de estudo ainda na década de 1960, por autores como Maria Alice Foracchi e Octávio Ianni.

No mesmo período, a juventude rural - segmento integrante da classe trabalhadora - esteve invisibilizada no plano acadêmico, ou seja, passou distante das atenções da intelectualidade brasileira desta época, composta majoritariamente por membros da elite ou de certa classe média. A juventude rural, ao contrário, esteve ausente da universidade, local por excelência da

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade de Brasília. E-mail: <rauta.martins@gmail.com>

produção de saber socialmente aceito e, logo, nunca pôde falar sobre si mesma e, assim, converter sua realidade em objeto de estudo.

Nas últimas duas décadas, entretanto, verifica-se um fenômeno interessante de ampliação das ações de juventude rural no seio de importantes movimentos sociais e sindicais rurais (MST, Contag, Fetraf etc.) e, em paralelo, o aumento da tematização da juventude rural em âmbito acadêmico.

Destaca-se, nesta análise, a vinculação dessa produção acadêmica aos cenários vivenciados pela agricultura familiar em cada época. Em um primeiro momento, no auge das políticas neoliberais dos governos FHC e de crise da agricultura familiar, observa-se uma produção acadêmica marcada pela tematização da *saída* dos jovens do campo. Em um segundo momento, já nos governos Lula e Dilma, a partir do aquecimento do mercado interno e da implementação de políticas de fortalecimento da agricultura familiar, verifica-se a emergência dos primeiros trabalhos acerca da *permanência* dos jovens no campo.

Mais do que uma questão de enfoque restrita a abordagem de um tema, discutir a saída ou a permanência de jovens do campo pode, no limite, ser visto como uma postura política subjacente à prática de pesquisa. Isso porque, ao centrar o foco na saída dos jovens do campo, obscurecem-se as trajetórias daqueles que permanecem, a partir das quais pode-se apreender as condições objetivas e subjetivas envolvidas nesse processo, entendendo a permanência não como uma espécie de voluntarismo (o exercício do livre desejo de viver no campo ou cidade), mas, como confluência de um complexo conjunto de condições estruturais e de vivências/subjetivações que incidem e, no limite, orientam as “escolhas” juvenis sobre o “ficar e o sair do campo”².

2. OS ANOS DE 1990: CRISE NA AGRICULTURA FAMILIAR, ÊXODO E MASCULINIZAÇÃO NO CAMPO

²Termo utilizado por Elisa Guaraná de Castro em sua tese de doutorado e apropriado por vários trabalhos posteriores dedicados à temática da juventude rural.

A leitura dos primeiros trabalhos acerca do tema juventude rural no Brasil sugere que seus autores guardam, no tratamento do tema, muito mais pontos em comum do que divergências. A rigor, estes estudos caracterizam-se pela abordagem de realidades muito localizadas, concentradas essencialmente no centro-sul do país, elemento recentemente contornado a partir do incremento de estudos que pensam outras realidades, sobretudo, no Nordeste. Os temas êxodo rural, envelhecimento e masculinização aparecem com muita frequência nos primeiros trabalhos sobre juventude e isso parece estar relacionado não somente à realidade encontrada nas pesquisas de campo, mas, sobretudo à forma como foram construídos os problemas de pesquisa.

O período em que foram escritos os primeiros trabalhos sobre juventude rural esteve marcado por um ideário neoliberal, materializado na ausência do Estado em termos de políticas de suporte à agricultura familiar, o que produziu efeitos nocivos às populações rurais, sobretudo os agricultores de base familiar (dificuldade de produzir e comercializar a produção, rebaixamento dos preços, dependência de pacotes tecnológicos, ausência de uma política de crédito efetiva e endividamento das famílias, em muitos casos, levando a perda de patrimônio).

Havia uma percepção por parte de agricultores e de setores da academia de que se atravessava uma crise profunda na agricultura (familiar) e, em paralelo, verificou-se um aumento do exercício de atividades rurais não agrícolas, tornando ainda mais heterogêneas as situações vividas pelos agricultores de base familiar.

Com base nesse cenário, Carneiro (1998) publica seu artigo *O ideal rurbano: o campo e a cidade no imaginário dos jovens rurais*. Nesse texto, a autora salienta a dificuldade de delimitar com rigor a juventude, ultrapassando os limites da categoria demográfica, ou seja, de compreender este período da vida para além de aspectos normativos, biológicos ou jurídicos. A autora critica uma espécie de “limbo” em que estaria a categoria juventude. Assim, sem receber um qualificativo específico, os jovens são, em muitos casos, rotulados como “estudantes”, “filhos de agricultores”, etc.

Para essa autora, isso faz com que um contingente significativo da população fique “como que na espera da maioria para se tornar visível e qualificado como objeto de estudo” (p. 01). A crítica é igualmente direcionada a estudos que tomam a experiência juvenil apenas sob a ótica do trabalho. Interessa, em seus estudos, perceber como a categoria juventude rural “é afetada pelas mudanças e crises recentes do mundo rural e como essa realidade é reelaborada na formulação dos projetos individuais e familiares em contextos sociais e econômicos distintos” (Idem).

Abramoway et. al. (1998), em *Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios*, tangenciam uma questão similar àquela tratada por Carneiro (1998), qual seja: as mudanças ocorridas nos padrões sucessórios no Sul do Brasil. O problema central, a questão da sucessão, baseava-se na preocupação acerca da continuidade dos jovens na agricultura familiar, em específico em atividades ligadas à produção agrícola, ocupando o lugar dos idosos. Observa-se à época um duplo movimento: de um lado, jovens que deixam a propriedade familiar e, de outro, jovens que permanecem no campo, porém, exercendo tarefas não-agrícolas. Estes estudos também tinham como preocupação contribuir para a elaboração de políticas públicas que favorecessem a permanência de um maior número de jovens no campo.

Tais autores empreendem um esforço de categorização das unidades produtivas/famílias investigadas, classificando-as em três grupos, levando em conta a renda domiciliar anual: agricultores consolidados, agricultores em transição ou agricultores em extinção (qualificados como exclusão). Os autores concluem que as jovens migram do campo em maior quantidade que os jovens, sendo que integrantes da juventude pertencentes a famílias bem-sucedidas economicamente (com unidade produtiva consolidada) tendem a permanecer mais no campo do que aqueles em pior situação econômica (em exclusão)³. Tanto os desejos dos filhos quanto os dos pais estão atravessados por esta variável econômica, isso tudo a despeito de outros elementos tratados pelos

³O acesso à renda própria também aparece com um dos determinantes apontados pelos jovens para permanecer ou não nas áreas rurais nas pesquisas de Carneiro (1998) e Castro (2005).

autores, como por exemplo, a alteração nos padrões sucessórios⁴ e diferenças de gênero⁵.

As conclusões a que esses estudos chegaram podem ser observadas, em maior ou menor grau, na produção de trabalhos subsequentes realizados por outros autores, ou seja, os “achados” de pesquisa, relativos a uma dada realidade, assumiram em certas circunstâncias o estatuto de pressuposto. Dito de outra forma, a análise dos principais textos de juventude rural, produzidos entre segunda metade da década de 1990 e os anos 2010, revela uma ausência de caráter heurístico em determinados procedimentos teórico-metodológicos, uma vez que, os mesmos pressupostos aplicados em diferentes situações de pesquisa chegaram a conclusões muito similares⁶.

Outro trabalho comumente citado por estudiosos de juventude rural é a tese de doutorado de Elisa Guaraná de Castro (2005), *Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural*. Nessa pesquisa, realizada em alguns assentamentos da reforma agrária no estado do Rio de Janeiro, a autora ao utilizar de uma “fábula de contato” narra uma conversa com a liderança do assentamento, onde este afirma que o maior problema daquele local era a ausência de jovens.

Para a autora, há uma situação conflitiva, que coloca em oposição jovens e indivíduos mais velhos dentro do assentamento. Essa situação caracteriza-se nos seguintes termos: de um lado, idosos sem condições de manter os lotes e o assentamento, e de outro lado, jovens sem interesse em assumir essa responsabilidade junto a suas famílias e ao assentamento (Castro, 2005). Assim, manifesta-se já no início da pesquisa, alguns dos elementos referenciados pela literatura sobre a juventude rural: o suposto desinteresse

⁴Os autores demonstram a alteração no padrão sucessório que vigorava em décadas anteriores - o minorato -, ressaltando o esgarçamento da pressão moral exercida sobre o jovem para a continuidade das atividades na agricultura, bem como o esgotamento das estratégias mais comuns para “colocação” dos filhos (os novos agricultores), como, por exemplo, a compra de novas unidades produtivas e a ocupação de lotes em áreas expansão da fronteira agrícola.

⁵O suposto “desinteresse” das moças em relação à atividade agrícola relaciona-se a divisão sexual do trabalho familiar que valoriza tarefas masculinas em detrimento das tarefas femininas, quase nunca encaradas enquanto trabalho e sim como “ajuda”.

⁶Para uma discussão sobre disposição experimental e hábitos teórico-metodológicos rotineiros, c.f.: Lahire (2004).

dos jovens pelas atividades rurais e, de outro, a atração exercida sobre eles pela cidade (questões a todo tempo problematizadas pela autora).

Castro (2005) indica a relevância dos projetos de futuro dos/das jovens rurais⁷. Nesse texto, sua atenção volta-se à elucidação de elementos da condição juvenil, em específico, à questão *o que é ser jovem em um assentamento/acampamento rural na Baixada Fluminense*, ou seja, almeja-se compreender os sentidos atribuídos pelos agentes investigados (não somente os próprios jovens) a esta categoria, processo este que é perpassado por disputas e opõem, em alguma medida, pais/filhos e jovens/adultos. Na sua análise, ela destaca o peso da autoridade paterna, exemplificada no controle/vigilância do trabalho e do corpo da/do jovem, elementos de domínio não restritos ao espaço privado e com frequentemente observados em arenas públicas. De forma mais clara, o controle sobre os/as jovens exercido na esfera doméstica se reproduz com intensidade semelhante em instâncias coletivas que integram a vida no assentamento, notadamente a Associação. Assim, o conflito entre pais e filhos desloca-se do plano privado para o público, assumindo uma nova figuração: um embate estabelecido entre jovens e adultos não mais em torno de questões relativas à família ou às unidades produtivas, mas sobre questões relativas à vida coletiva (programas, atividades, investimentos, vida política, etc.)⁸.

Se, de um lado, adultos se queixam do desinteresse dos jovens em relação ao assentamento, do outro, os jovens a todo tempo relatam a desqualificação das suas intervenções por parte dos adultos que controlam as instâncias decisórias no assentamento. Observa-se, nesse sentido, um fenômeno de dupla desqualificação dos jovens (na vida pública e privada) tendo por base sua condição geracional.

Os jovens do assentamento também estariam, a partir de múltiplos determinantes, encerrados entre duas escolhas antagônicas: ficar ou sair (da casa paterna ou do assentamento). Essa dicotomia entre os projetos de futuro dos jovens, inaugurada por Castro (2005), se verifica em trabalhos posteriores

⁷Como igualmente Carneiro (1998) e Abramoway et. al (1998).

⁸A autora chama esse fenômeno de "extensão da autoridade paterna para os espaços coletivos".

de outros autores, sendo utilizada para ressaltar uma espécie de conflito que percorreria a existência dos jovens rurais, sempre divididos entre estas duas escolhas. Tal conflito estaria motivado, principalmente, pela busca de autonomia em relação à autoridade paterna.

Há de se destacar que Carneiro (1998) também aponta para o desejo de autonomia dos jovens. Em seu texto, a autora destacou a oposição entre projetos familiares e projetos individuais, como se estes fossem na maior parte dos casos antagônicos e inegociáveis⁹. Em larga medida, o binômio ficar e sair tratado por Castro (2005) encontra-se presente no texto de Carneiro (1998), como o desejo dos jovens em torno de um ideal rurbano, ou seja, a vontade de usufruir o melhor de dois mundos: o acesso a políticas públicas, bens e serviços concentrados historicamente no espaço urbano e a tranquilidade, qualidade de vida, das relações familiares e de pertencimento associadas à vida rural¹⁰.

Stropasolas (2002), em sua tese de doutorado, constata que os jovens rurais, “em busca de direitos de cidadania”, transitam por diferentes espaços sociais “construindo uma matriz valorativa diversa e muitas vezes contraditória”; e ao fazer isso, “ampliam o conceito de rural até a sede das pequenas cidades e complexificam, para quem vê de fora, os conceitos tradicionalmente atribuídos ao rural e ao urbano; sobretudo pelos agentes e instituições externas” (p. 8). O autor enumera alguns elementos conjunturais que, em algum grau, aparecem em outros textos sobre juventude: o cenário de “crise” da agricultura familiar; as dificuldades em se obter renda nas propriedades de base familiar; a retenção da renda familiar nas mãos dos pais; a elevada migração campo-cidade, especialmente das jovens mulheres. Estes elementos combinados levam a um processo de masculinização e de envelhecimento da população rural.

Este autor, a despeito de considerar determinantes econômicos inerentes à realidade pesquisada, sinaliza outros elementos igualmente estruturantes e que

⁹Castro (2005) trata de um processo de interpenetração nas formas de ver o processo de sucessão, entrecortadas pelo desejo de verem os filhos assumirem o negócio da família ao mesmo tempo em que desejam para os filhos um serviço menos penoso. Logo, são múltiplas as formas de relacionar com a terra de pensar projetos de futuro.

¹⁰Não se quer com isso afirmar que estes espaços (rural e urbano) possam ser essencializados por estas características. Tratam-se, na realidade, como jovens rurais, em geral, caracterizam estes dois espaços. Ver Carneiro (1998) e Battestin (2009).

perpassam a existência da/na agricultura familiar, ou seja, fatores culturais que condicionam o jovem e a mulher no desenvolvimento da produção agrícola familiar, e estratégias usadas pelas famílias visando a sua reprodução social. A migração juvenil identificada por este e outros autores evidencia ao mesmo tempo o “possível comprometimento social da agricultura familiar” e “coloca em relevo as contradições e os conflitos, externos e internos, resultantes da forma singular e desigual de interação do rural com a sociedade global”, os quais, no limite, podem redefinir o sistema cultural no qual se insere a agricultura familiar (STROPASOLAS, 2002, p. 11).

Os conceitos de comunidade, família, terra, trabalho e casamento, subjacentes aos estudos sobre o campesinato, integram o caminho percorrido pelo autor. Esses elementos dão o fundamento das representações que jovens cristalizam em relação ao rural. Das conclusões do autor, destacam-se duas coincidentes a estudos posteriores na temática de gênero. A primeira, a indicação de que o acesso à educação, em especial, por parte das jovens estaria associado à perspectiva de “mudar de vida” (a conquista de autonomia, o deslocamento para a cidade). A segunda, a hipótese de que as mulheres, ficando na unidade produtiva, tendem a reproduzir papéis subalternos.

Wheisheimer (2009), em *A situação juvenil na agricultura familiar*, contribui na discussão sobre juventude, reproduzindo antigas concepções e levantando novas questões. De início, o autor confere destaque ao jovem rural, notadamente em relação a seu projeto profissional ou projeto de vida, a partir do qual busca compreender fenômenos mais amplos que envolvem a própria agricultura familiar. Somam-se à dimensão dos projetos juvenis alguns outros aspectos, a saber: os recursos materiais, processos de socialização e representações sociais. Para este autor o “trabalho é a principal agência de socialização das novas gerações na agricultura familiar, transmitindo saberes, valores e uma ética do trabalho dos quais depende sua própria reprodução” (p. 305).

Sinaliza outros elementos importantes: 1) a falta de autonomia dos jovens rurais em relação à renda, em geral controlada pelo chefe da unidade produtiva - situação especialmente difícil para as jovens rurais que habitualmente se

deslocam para atividades ditas não produtivas (tarefas domésticas, de atenção à saúde familiar, de cuidados com hortas e pequenos animais); 2) a dificuldade de conciliar extensas jornadas de trabalho com atividades escolares e a maior escolarização das mulheres em comparação a dos homens; 3) a diferença das variáveis sexo e idade na visão os jovens em relação ao trabalho rural e às perspectivas em torno do processo de sucessão (em geral, jovens adolescentes e jovens mulheres guardam uma visão menos positiva em relação ao trabalho rural); e 4) as identidades mais comuns construídas pelos jovens em processos de autoidentificação, como por exemplo, “jovem”, “jovem agricultor”, “jovem agricultor familiar”, “jovem trabalhador rural” e “estudante”, esta última utilizada, sobretudo, por adolescentes.

Wanderley (2007), em *Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro?*, investiga os desejos dos jovens em relação a seu futuro, principalmente o local de moradia e a profissão. Embora trabalhe com a definição estabelecida no censo sobre o que é rural e urbano com vistas a definir o plano amostral da pesquisa, salienta a fluidez cada vez maior entre estes espaços, admitindo inclusive que a sede de pequenos municípios integra o mundo rural.

Juventude, para esta autora, compreende o

“[...] momento do ciclo da vida, caracterizado como um período de transição entre a infância e a vida adulta. Culturalmente determinada, a demarcação desta etapa da vida é sempre imprecisa, sendo referida ao fim dos estudos, ao início da vida profissional, à saída da casa paterna ou à constituição de uma nova família ou, ainda, simplesmente a uma faixa etária” (Idem, p. 22).

Para conceber os jovens rurais, seguindo autores que a precederam, é necessário a apreensão de uma dinâmica social complexa e relacional situada entre a casa (família), a vizinhança (comunidade) e a cidade (o mundo urbano-industrial). Estes são espaços sociais e instâncias socializadoras com capacidade de moldar projetos de vida e perspectivas de futuro dos jovens.

O acesso dos jovens à terra aparece, neste estudo, como um dos principais limitadores a sua permanência no campo, problemática contornada pela migração temporária ou definitiva. A perspectiva de migrar do nordeste para outras regiões é bastante expressiva especialmente em relação aos jovens, como também para a sede do município ou para uma cidade vizinha. Tal

expectativa nasce no jovem mediante a constatação de que em seu espaço de origem não é possível realizar o projeto de vida almejado; essa percepção é derivada, sobretudo, da ausência quase absoluta do Estado em termos de políticas públicas.

Os trabalhos de Wanderley sobre jovens somam-se aos de outros pesquisadores já referenciados na construção de tipos de contextos localizados, uma vez que estudos de caso consistem numa marca das pesquisas realizadas dentro da temática de juventude rural.

3. OS ANOS 2000 E A EMERGÊNCIA DO TEMA DA PERMANÊNCIA¹¹

Brumer (2007), em *A problemática dos jovens na pós-modernidade*, salienta a recorrência de dois temas: de um lado, o debate em torno da migração juvenil e, de outro, as dificuldades inerentes ao processo de sucessão na agricultura familiar. O elemento inovador do seu trabalho é a reflexão em torno da necessidade de alteração no enfoque dos estudos sobre jovens rurais no Brasil, focalizando a sua permanência no campo em substituição à sua saída para o urbano. Nas suas palavras, “dado o avanço dos conhecimentos sobre tendências migratórias e a visão dos jovens sobre a atividade agrícola, parece importante a inversão da questão, procurando examinar as condições que favoreçam sua permanência” (p.41), ou seja, antes de perguntar porque os jovens saem do campo parece promissor se interessar nos motivos/razões de sua permanência, considerando o quantitativo dos que se mantém no espaço rural.

Ao menos dois elementos conjunturais colaboram para a proposição de Brumer: o primeiro, o robustecimento de ações da juventude rural organizada, demandando políticas públicas e condições para permanecer no campo; o segundo, a melhoria das condições objetivas de vida da população rural, derivada do aumento do salário mínimo, de programas de transferência de

¹¹ A questão da permanência está longe de ser tão hegemônico quanto o da saída dos jovens do campo. O que pretende-se sinalizar nessa seção é o movimento importante de inflexão a partir de alguns trabalhos.

renda, de políticas de incentivo à produção e a comercialização, entre outras políticas inauguradas a partir de 2003.

O projeto de pesquisa *Juventude rural: permanência no campo e reprodução social da agricultura familiar*¹², se insere no conjunto de esforços nessa direção. Buscou-se compreender os principais elementos que dão suporte a permanência dos jovens no campo. Buscou-se transcender a dinâmica de estudos de caso e seus localismos e, assim, alcançar uma compreensão mais ampla possível dessa vivência no espaço rural¹³. Justamente por essa razão trabalhou-se com um conjunto variado de técnicas de pesquisa e uma análise macro da situação brasileira¹⁴.

O primeiro texto produzido nessa pesquisa, *Os significados da permanência no campo: vozes da juventude rural organizada*, demonstra que, nas últimas duas décadas, houve um aumento das taxas de permanência no campo em quase todas as regiões do país, à exceção da região sudeste, que historicamente apresenta taxas de urbanização exponenciais, seja pela conversão recorrente de parcelas do território rural anexada ao espaço urbano, seja pelos efeitos de atração exercidos por estas cidades, fenômeno bastante analisado na literatura sobre migrações.

Sob a influência da dinâmica do êxodo rural, os estudos de juventude não alteraram sua rota, persistiram, a sua maior parte, no destaque dado à saída dos jovens do campo e às eventuais implicações desse fenômeno nos processos de sucessão, mesmo diante de alterações estruturais e conjunturais na última década e meia. Além do aumento das taxas de permanência, registrado nos censos de 2000 e 2010, houve, em paralelo, o surgimento de importantes ações de juventude rural, articuladas a partir de diversos movimentos sociais rurais já existentes (MST, Contag, Fetraf, etc.).

¹²Projeto executado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em parceria com a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), entre os anos de 2015 e 2017.

¹³Evidentemente que o estudo realizado por nós possui limites, mas constitui-se um esforço para transcender a dinâmica dos estudos de caso e a hegemonia de seu uso no tratamento do tema juventude rural.

¹⁴As coortes foram elaboradas a partir dos censos populacionais de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Os cruzamentos foram feitos privilegiando os recortes por grandes regiões. Adicionalmente, efetuou-se a aplicação de questionários e a realização de grupos de discussão com representantes jovens de todas as partes do país. Cf.: IPEA (2016).

Neste trabalho, buscou-se inventariar textos dedicados à investigação da permanência dos jovens no campo. Para tanto, por meio de palavras-chave na base de dados da Capes, pesquisam-se a seção *periódicos* tanto quanto o *banco de teses e dissertações*. O objetivo não consiste no exame exaustivo desse vasto material, mas tão somente selecionar alguns trabalhos e, a partir deles, compreender as linhas de trabalho seguidas/defendidas por seus autores e os pressupostos nos quais se baseiam.

A busca por textos em *periódicos* se restringiu inicialmente aos termos usados conjuntamente “permanência” e “campo” nos seus títulos, e publicados entre os anos de 2007 e 2016. Nesse caso, encontrou-se apenas o de Eliane Brenneisen (2008), intitulado *Entre o campo e a cidade: estratégias organizacionais visando a permanência do jovem no campo*. Ao se utilizar o mesmo procedimento, desta feita, com os termos “permanência” e “rural”, não foi localizado nenhum trabalho. Ao efetuar a busca com os termos “ficar” e “rural” descobriu-se o texto *Influências na decisão do jovem trabalhador em partir ou ficar no campo*, de autoria de Panno e Machado (2014). Da mesma forma, quando se altera o procedimento com os termos “permanecer” e “campo” surgiu mais um texto intitulado *Permanecer ou sair do campo: dilema da juventude camponesa*, de Oliveira et. all (2014). Nota-se que esses textos selecionados, em seus títulos anunciam seu veio tributário dos trabalhos de Castro (2005, em diante), ou seja, posicionam os jovens num dilema perene entre sua permanência e saída do campo.

Para ampliar o quantitativo da amostra de textos, referente ao mesmo período, efetuou-se uma busca por *assunto*, utilizando as mesmas palavras-chave, não havendo, entretanto, qualquer ocorrência.

O maior volume de textos relativos à permanência no campo pode ser encontrado no *banco de teses e dissertações* da Capes. Utilizou-se, uma seleção preliminar, com as palavras-chave “juventude rural”, “jovens rurais” e “jovens do campo”. O maior número de trabalhos se achou usando o termo juventude rural (123 registros), seguido de jovens rurais (105 registros) e jovens do campo (34 registros). A procura através dessas palavras-chave implicou no aparecimento de textos repetidos. Desses materiais, selecionaram-

se aqueles que englobam em seus títulos a expressão permanência no campo, ou seja, um total de 13 dissertações de mestrado, distribuídas de maneira quase uniforme de 2007 a 2015, produzidas em centros de pesquisa localizados nas mais diversas regiões: 6 na região Sul, 1 no Centro-oeste, 4 no Nordeste e 2 no Sudeste, não havendo nenhum na região Norte. Desses textos, três não puderam ser acessados (duas dissertações do Nordeste e uma do Sudeste), pois, não estavam na plataforma, nem foram encontradas no banco de teses e dissertações das respectivas universidades.

Esses 10 textos se detêm no estudo de fatores que seriam determinantes para a permanência dos jovens no campo. As análises cobrem realidades muito localizadas, assumindo a forma de estudos de caso. Entre os fatores que incidiriam sobre a permanência são indicados: renda, acesso à terra, relações intrafamiliares, acesso a políticas públicas, educação diferenciada, autonomia e proximidade com o espaço urbano (possibilitando por parte dos jovens, por exemplo, acessar e mesmo ofertar serviços de forma mais facilitada).

Esses estudos, em geral, tratam o processo da permanência sob a lógica da excepcionalidade e, desse modo, acabam por naturalizar o fenômeno do êxodo, admitindo implicitamente que a saída do campo seria o “caminho natural” a ser seguido por filhos e filhas de agricultores. Estes autores também sinalizam o caráter volátil da permanência e da saída dos jovens do campo, ou seja, a migração faz parte das trajetórias juvenis (a intensidade desse fenômeno é que varia de acordo com as condições sociohistóricas próprias de cada região). Não raro, a migração pode assumir em algumas localidades contornos de uma espécie de “rito de passagem” para a vida adulta.

Alguns desses trabalhos, como por exemplo, Kummer (2013), Silva (2013) Moraes (2014) e Silva (2015) realizam uma revisão bibliográfica do tema juventude conjugada à análise de situações concretas. Apesar da particularidade de cada um dos objetos de pesquisa, ao se examinar essas dissertações verifica-se um conjunto de autores/as que sustentam suas análises com os mesmos argumentos, tendo como fonte, entre os brasileiros: Elisa Guaraná de Castro, Maria José Carneiro, Maria José Wanderley, Anita

Brummer, Ricardo Abramoway, Nilson Wheishemer e Valmir Luiz Stropasolas. Entre os estrangeiros figuram: Pierre Bourdieu e Patrick Champagne.

Nas 10 dissertações analisadas não se observa nenhum esforço de seus autores no sentido de elaborem uma concepção sobre o que significa a permanência no campo; as abordagens são tributárias do dilema “ficar ou sair” inaugurado por Castro (2005), com o diferencial de esses 10 autores focalizarem as razões da permanência. Na medida que privilegiam a análise qualitativa, não se observa o uso sistemático de bases censitárias; o seu uso poderia auxiliar na compreensão da dinâmica populacional para além dos casos trabalhados (englobando a região, estado ou país).

A dissertação de Silva (2013) trata da permanência de jovens mulheres no campo e traz para o debate duas questões centrais: a primeira, a autonomia financeira conquistada pelas jovens por meio de seu engajamento em atividades produtivas na unidade familiar; a segunda, o nível de formação dessas jovens, a maior parte com ensino superior completo ou em alguma fase deste. Estes elementos sinalizam mudanças substantivas que ocorreram no campo na última década e meia e que incidiram sobre a permanência no campo e a qualidade dessa permanência.

Desse modo, é plausível afirmar que a permanência se dá em função de diversos fatores, que incidem de forma correlacionada nos âmbitos objetivo e subjetivo. Muito embora se reconheça o papel de condições estruturais, como a terra, o crédito, etc., para o processo de permanência, a experiência concreta de jovens de áreas rurais aponta para outros elementos que influenciam na elaboração dos projetos de futuro destes jovens, entre esses a educação.

4. CONCLUSÕES

O debate acerca de uma juventude rural ou das múltiplas expressões que esta assume no território nacional não pode ser realizado sem considerar o cenário mais amplo de desenvolvimento da agricultura familiar. Nessa figuração, se confundem a produção e a vida das famílias, dado que a unidade doméstica engloba essa duas dimensões.

Nela, a unidade produtiva, estiveram demarcados historicamente papéis a serem exercidos por seus membros, em função de suas idades e do seu sexo. Essa dinâmica, entretanto, vem se alterando em favor das mulheres e jovens ao longo do tempo, sendo fruto de sua organização e sua resistência. As mudanças produtivas e gestionárias a que foram obrigadas a se submeter muitas unidades produtivas fizeram com que se ampliasse a participação feminina e juvenil no processo de gestão, antes centrado quase que exclusivamente na figura paterna. Igualmente, o protagonismo exercido por mulheres e jovens no interior de importantes movimentos sociais rurais, bem como seu maior acesso à escolarização, alteraram, em alguma medida, a posição desses atores dentro de suas propriedades. Não menos importante, a aproximação cultural entre os espaços urbanos e rurais, sobretudo, na última década fez com que as mudanças no plano dos costumes fossem radicais, mitigando parte de certo conservadorismo.

Os desafios para que os jovens, em especial as jovens, possam construir projetos de vida e futuro tendo o rural como o espaço de sua realização ainda são muitos. Sobretudo, quando se considera o contexto de abandono, por parte do Estado, do conjunto de políticas de fortalecimento da agricultura familiar construído na última década e meia, - processo associado à hegemonia político e midiática do agronegócio fortalecida a partir do golpe de 2016.

A despeito do cenário adverso, confluem iniciativas que buscam dotar a juventude de certo protagonismo em relação à suas próprias vidas e aos locais em que vivem. São experiências comunitárias, educacionais, comunicacionais que em pequena escala vão transformando a vida de muitos jovens e de suas localidades. A experiência histórica demonstra o poder criador e transformador que tem a classe trabalhadora quando organizada, logo, pensando a juventude, parece relevante sistematizar tais experiências de luta e resistência cotidiana, inventariar suas práticas, bem como os sentidos atribuídos a elas.

Por fim, um desafio para os pesquisadores é encarar o jovem para além da condição de objeto de estudo e fazer com que os resultados de pesquisa, seja lá qual a forma assumam, circulem para além dos muros da academia,

propiciando a construção de arenas em que jovens do campo e da cidade, estejam em diálogo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWAY, R; (Org.). **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões. Brasília: Edições Unesco, 1998.

BATTESTIN, S. **Ser jovem e ser agricultor**: a agricultura familiar como perspectiva e projeto de vida para filhas e filhos de agricultores do município de Anchieta-ES. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2009.

BRENNEISEN, E. Dossiê Campo e Cidade. Entre o campo e a cidade: estratégias organizacionais visando a permanência do jovem no campo. **Espaço Plural**, ano IX, n. 18, p. 31 -39, 2008.

BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: Carneiro, M. J., Castro, E. G. de. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p.35-51.

CARNEIRO, M. J. **O ideal urbano: campo e cidade no imaginários dos jovens rurais**. Biblioteca da Clasco. 1998. [Mimeo]. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros /anpocs/carne.rtf>. Acesso em: 07 abr. 2016.

CASTRO, E. G. **Entre Ficar e Sair**: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

_____; et al. **Os jovens estão indo embora?** Juventude rural e a construção de um ator político. Rio de Janeiro: Mauad X; Edur, 2009.

KUMMER, R. **Juventude rural, entre fica e partir**: a dinâmica dos jovens rurais da comunidade de cerro Azul, Palma Sola/SC. 2013. Dissertação (Mestrado) – UNIOESTE, Santa Catarina, 2013.

LAHIRE, B. **Retratos sociológicos**: disposições e variações individuais. São Paulo: Ed. Artmed, 2004.

MORAIS, L. S. Juventudes rurais no Território Integração Norte Pioneiro do Paraná: um estudo dos fatores que interferem em sua decisão de permanecer ou não no meio rural. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Estadual de Maringá, 2014.

OLIVEIRA, L. B; RABELLO, D; FELICIANO, C. A. Permanecer ou sair do campo? Um dilema da juventude camponesa. **Revista pegada**, v. 15, n. 1, p. 136-150, jul. 2014.

PANNO, F; DESSIMON MACHADO, J. A. Influências na Decisão do Jovem Trabalhador Rural: Partir ou Ficar no Campo. **Desenvolvimento em Questão**, [S.l.], v. 12, n. 27, p. 264-297, ago. 2014.

SILVA, E. J. **As filhas de Pascoal**: nova ruralidade e condições de permanência no campo entre jovens agricultoras no interior de Pernambuco. Dissertação (Mestrado Antropologia Social) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

SILVA, V. T. C. **Os jovens que permanecem no campo**: a sucessão na agricultura familiar em dois municípios gaúchos. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

STROPASOLAS, V. L. **O Mundo Rural no Horizonte dos Jovens**: o caso dos filhos(as) de agricultores familiares de Ouro/SC. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

VALADARES, A. A. et al. Os significados da permanência no campo: vozes da juventude rural organizada. (2016). In: Silva, E. R. A.; Botelho, R. U. **Dimensões da Experiência Juvenil Brasileira e Novos Desafios às Políticas Públicas**. Brasília, DF: IPEA. pp. 59-96.

WANDERLEY, M. N. B. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, M. J; CASTRO, E. G. (Org.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2007. p. 21-33.

WHEISHEIMER, N. **A situação juvenil na Agricultura familiar**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.